

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CA.****Secretaria****ATA Nº 4/2017**

1
2
3
4
5 Aos três dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de Reuniões
6 dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizada
7 no edifício da Reitoria, *Campus* Universitário em Uvaranas, situado na Avenida General
8 Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob Presidência do
9 Magnífico Reitor, Professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, ordinariamente reuniu-se o
10 Conselho de Administração - CA, com a presença da Senhora Vice-Reitora Professora
11 Gisele Alves de Sá Quimelli e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto (suplente),
12 Amaury dos Martyres, Antonio José Camargo (suplente), Amazonas Santos Neto,
13 Antônio Marcos Maia, Ariangelo Hauer Dias, Emerson Martins Hilgemberg, Everaldo da
14 Silva (suplente), Fabiana Postiglione Mansani, Gabriel Andrade Schleder (suplente),
15 Jeverson Machado do Nascimento (suplente), Luis Fernando Cerri, Luiz Alexandre
16 Gonçalves Cunha, Marcos Vinicius Fidelis, Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga, Marilisa
17 do Rocio Oliveira, Miguel Archanjo de Freitas Júnior, Osnara Maria Mongrueel Gomes,
18 Paulo Vitor Farago (suplente), Rita de Cássia da Silva Oliveira (suplente), Robson
19 Laverdi, Silviane Buss Tupich, Valquiria Nanuncio Chochel (suplente) e Vicente Paulo
20 Hajaki Ribas; Contando ainda com a presença dos servidores Dierone César Foltran
21 Júnior, Ítalo Sérgio Grande, Marília Woiciechowski, Neomil Macedo e Silvia Maria Derbli
22 Schafranski, bem como significativa representação da comunidade universitária para
23 apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Ciência e aprovação das Atas nº 15/2016
24 referente à reunião do dia 05.12.2016 e nº 1/2017 referente à reunião realizada no dia
25 13.02.2017; **2** - Processo nº **17.201/2016**. Interessada: Coordenadoria de Processos de

26 Seleção - CPS. Assunto: Homologação da Portaria R. nº 145/2017 que aprovou, *ad*
27 *referendum* deste Conselho, a alteração dos valores das taxas de inscrições para o
28 Vestibular e Processo Seletivo Seriado, da UEPG. Relator: Conselheiro Amaury dos
29 Martyres; **3** - Processo nº **02.147/2017**. Interessada: Diretoria de Projetos e Convênios -
30 DIPROC/PROAD. Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Compromisso
31 PAR 6652/2014, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, neste ato
32 representado pela Secretaria Estadual de Educação e a Universidade Estadual de
33 Ponta Grossa, visando a realização de formação continuada para os profissionais da
34 educação que atuam no Ensino Médio, sob a coordenação da professora Vera Lúcia
35 Martiniak. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **4** - Processo nº **02.148/2017**.
36 Interessada: Diretoria de Projetos e Convênios - DIPROC/PROAD. Assunto:
37 Homologação da assinatura do Termo de Compromisso PAR 6653/2014, celebrado
38 entre o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretaria
39 Estadual de Educação e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a
40 realização de formação continuada para os professores dos anos/séries iniciais do
41 ensino fundamental, incluindo os professores da educação de jovens e adultos - EJA,
42 sob a coordenação da professora Vera Lúcia Martiniak. Relator: Conselheiro Amaury
43 dos Martyres; **5** - Processo nº **17.617/2016**. Interessado: Jorge Iulek. Assunto:
44 Homologação da Portaria R. nº 108/2017 que revogou a pedido o afastamento
45 integral das respectivas atividades para realizar Estágio de Pós-Doutorado na
46 University of Washington, Estados Unidos da América. Relator: Conselheiro Luiz
47 Alexandre Gonçalves Cunha; **6** - Processo nº **03.504/2017**. Interessada: Diretoria de
48 Projetos e Convênios - DIPROC/PROAD. Assunto: Homologação da Portaria R. nº
49 159/2017 que aprovou a assinatura do Termo de Cooperação a ser celebrado entre a
50 Petróleo Brasileiro S/A, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Estadual

51 de Ponta Grossa, com a interveniência da Fundação da Universidade Federal do
52 Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, visando o
53 desenvolvimento do projeto “Estudo Ecológico de Longa Duração de Fragmentos de
54 Várzea e de Floresta Aluvial submetidos a Derramamento de Petróleo no Município
55 de Araucária, Paraná”, sob a coordenação do professor Rafael Mazer Etto. Relatora:
56 Mesa; **7** - Processo nº **02.279/2016** (retirado de pauta na reunião do dia 18 abr. 2016).
57 Interessada: Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS. Assunto: Proposta de
58 composição de valores para o pagamento do pessoal envolvido nas atividades
59 relativas aos Vestibulares da UEPG. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **8** -
60 Processo nº **02.281/2016** (retirado de pauta na reunião do dia 18 abr. 2016).
61 Interessada: Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS. Assunto: Proposta de
62 composição de valores para o pagamento do pessoal envolvido nas atividades
63 relativas ao Processo Seletivo Seriado - PSS, da UEPG. Relator: Conselheiro Amaury
64 dos Martyres; **9** - Processo nº **02.282/2016** (retirado de pauta na reunião do dia 18 abr.
65 2016). Interessada: Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS. Assunto: Proposta de
66 composição de valores para o pagamento do pessoal envolvido em Concursos
67 Públicos Externos, realizados pela CPS. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **10** -
68 Processo nº **02.284/2016**. Interessada: Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS.
69 Assunto: Proposta de composição de valores para o pagamento do pessoal envolvido
70 no Teste de Habilidade Específica - THE, relativo aos Vestibulares e PSS, da UEPG.
71 Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **11** - Processo nº **08.965/2016** apensos nº
72 17.439/2015, nº 01.517/2017 e nº 05.003/2017 (retirado de pauta na reunião do dia 05 dez.
73 2016). Interessada: Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos - PROAD. Assunto:
74 Proposta de reajuste da tabela de preços das refeições nos Restaurantes Universitários
75 da UEPG. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **12** - Processo nº **16.711/2016**.

76 Interessada: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais - PROEX. Assunto:
77 Concessão de 60 (sessenta) bolsas para acadêmicos participantes em Projetos
78 Extensionistas, na UEPG. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **13** - Processo nº
79 **17.309/2016**. Interessada: Diretoria de Ensino - DIREN/PROGRAD. Assunto: Concessão
80 de 20 (vinte) bolsas para Tutores no Programa de Tutoria Discente - PROTUDI, da
81 UEPG. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **14** - Processo nº **01.101/2017**.
82 Interessada: Coordenadoria dos Cursos Universidade Aberta para a Terceira Idade.
83 Assunto: Reajuste do valor da hora-aula dos professores e das mensalidades dos
84 alunos da Universidade Aberta para a Terceira Idade - UATI, da UEPG. Relator:
85 Conselheiro Amaury dos Martyres; **15** - Processo nº **01.618/2017**. Interessada: Fazenda
86 Escola Capão da Onça - FESCON. Assunto: Planejamento da safra de inverno
87 2017/2017 da Fazenda Escola Capão da Onça - FESCON. Relator: Conselheiro Amaury
88 dos Martyres; **16** - Processo nº **01.906/2017**. Interessada: Pró-Reitoria de Graduação -
89 PROGRAD. Assunto: Concessão de 200 (duzentas) bolsas de monitoria para
90 acadêmicos em disciplinas de sala de aula e laboratórios dos cursos de graduação, da
91 UEPG. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **17** - Processo nº **11.066/2016**.
92 Interessada: Diretoria de Planejamento Institucional - DPI/PROPLAN. Assunto: Minuta
93 de Regimento Interno da Comissão de Gerenciamento de Resíduos da Universidade
94 Estadual de Ponta Grossa. Relator: Conselheiro Ariangelo Hauer Dias; **18** - Processo nº
95 **18.129/2016**. Interessado: Cerimonial da Reitoria. Assunto: Minuta do Regulamento
96 das Cerimônias de Colação de Grau dos Cursos de Graduação da Universidade
97 Estadual de Ponta Grossa. Relator: Conselheiro Ariangelo Hauer Dias; **19** - Processo nº
98 **02.101/2017**. Interessada: Agência de Inovação e Propriedade Intelectual - AGIPI.
99 Assunto: Pedido de patente nº 03/2017, quanto ao interesse institucional na proteção

100 dos direitos da propriedade industrial e respectiva participação relativa na
101 titularidade do invento “Biorreator de imersão temporária monitorado por software”.

102 Relator: Conselheiro Ariangelo Hauer Dias; **20** - Processo nº **02.318/2017**. Interessada:
103 Agência de Inovação e Propriedade Intelectual - AGIPI. Assunto: Pedido de patente
104 nº 02/2017, quanto ao interesse institucional na proteção dos direitos da propriedade
105 industrial e respectiva participação relativa na titularidade do invento “Sistemas
106 clareadores inovadores contendo nanopartículas de hidroxiapatita”. Relator:
107 Conselheiro Ariangelo Hauer Dias; **21** - Processo nº **08.036/2016** apensos nº 16.497/2016
108 e nº 20.873/2016 (retirado de pauta na reunião do dia 05 dez. 2016). Interessado:
109 Presidente da Comissão de Estudos com vistas à Implantação da Política de
110 Assistência Estudantil da UEPG. Assunto: Minuta que estabelece normas relativas à
111 Política de Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Relator:
112 Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior; **22** - Processo nº **18.936/2016**.
113 Interessada: Coordenadoria de Assistência e Orientação ao Estudante - CAOÉ. Assunto:
114 Relatório Final do Processo de Isenção da Taxa de Inscrição para o Vestibular de
115 Verão 2016, da UEPG. Relator: Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior; **23** -
116 Processo nº **20.754/2016**. Interessada: Coordenação do Programa de Pós-Graduação
117 em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Assunto: Aprovação da assinatura de Convênio
118 de Cooperação para fortalecimento de programa de pós-graduação a ser celebrado
119 entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a Universidade Estadual de
120 Ponta Grossa, objetivando a integração de esforços para o fortalecimento de
121 programas de pós-graduação ministrados pela UEPG, bem como de programas de
122 pesquisas da EMBRAPA, sob a coordenação do professor Ivo Mottin Demiate. Relatora:
123 Conselheira Osnara Maria Mongruel Gomes; **24** - Processo nº **09.581/2014**. Interessada:
124 Coordenação de Licenciatura em Educação Física - UAB. Assunto: Aprovação da

125 parte administrativo-financeira do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
126 Educação Física, modalidade de Educação a Distância - EaD, da UEPG. Relatora:
127 Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **25** - Processo nº **18.006/2016**. Interessado:
128 Daniel Fernandes. Assunto: Aprovação da assinatura de Termo de Convênio a ser
129 celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidade Federal
130 de Santa Catarina, visando o comodato de equipamentos adquiridos em projetos de
131 pesquisa na área de Ciências Farmacêuticas, sob a coordenação do professor Paulo
132 Vitor Farago. Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **26** - Processo nº
133 **00141/2017**. Interessada: Josie Agatha Parrilha da Silva. Assunto: Aprovação do
134 Relatório Final das atividades de Estágio de Pós-Doutorado, realizado na
135 Universidade Estadual Júlio de Mesquita, no período de junho de 2015 a dezembro de
136 2016. Relator: Conselheiro Luis Fernando Cerri; **27** - Processo nº **17.726/2016**.
137 Interessada: Roseni Inês Marconato Pinto. Assunto: Alteração do regime de
138 afastamento parcial para afastamento integral para cursar Doutorado no Programa
139 de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, nesta Universidade, no período de
140 1º de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018. Relator: Conselheiro Emerson Martins
141 Hilgemberg; **28** - Processo nº **00866/2017**. Interessada: Adriana Gresielly Fabrini Diniz.
142 Assunto: Alteração do regime de afastamento parcial para afastamento integral para
143 cursar Doutorado na Universidade Positivo, no período de 1º de março a 29 de
144 setembro de 2017. Relator: Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg; **29** - Processo nº
145 **01.069/2017**. Interessada: Gislaine Martinelli Baniski. Assunto: Afastamento para
146 realizar viagem ao exterior a fim de coletar dados relacionados ao desenvolvimento
147 da tese de doutorado, no Institut Supérieur de Gestion, na cidade de Paris, França, no
148 período de abril a julho de 2017, com ônus para a CAPES. Relator: Conselheiro
149 Emerson Martins Hilgemberg; **30** - Processo nº **19.391/2016**. Interessado: Rogério de

150 Brito Bergold. Assunto: Afastamento parcial das respectivas atividades para cursar
151 Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, nesta
152 Universidade, no período de 1º de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018. Relator:
153 Conselheiro Luis Fernando Cerri; **31** - Processo nº **16.433/2016**. Interessada: Deborah
154 Scheidt. Assunto: Afastamento integral das respectivas atividades para cursar estágio
155 de pós-doutorado na University of Sydney, Austrália, no período de 1º de julho a 31 de
156 dezembro de 2017, com ônus para a CAPES. Relator: Conselheiro Luis Fernando Cerri;
157 **32** - Processo nº **00722/2017**. Interessada: Elizabeth Johansen. Assunto: Alteração do
158 regime de afastamento parcial para afastamento integral para cursar Doutorado no
159 Programa de Pós-Graduação em Geografia, nesta Universidade, no período de 1º de
160 abril de 2017 a 31 de março de 2018. Relator: Conselheiro Luis Fernando Cerri; **33** -
161 Processo nº **19.916/2016**. Interessado: José Tadeu Teles Lunardi. Assunto: Solicita a
162 concessão de 2 (dois) períodos consecutivos de licença sabática, no período de 1º de
163 maio de 2017 a 31 de janeiro de 2018. Relator: Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves
164 Cunha; **34** - Processo nº **17.387/2016**. Interessada: Daiana Camargo. Assunto: Inclusão
165 no regime de tempo integral e dedicação exclusiva - TIDE. Relator: Conselheiro Luis
166 Fernando Cerri; **35** - Processo nº **15.224/2016**. Interessada: Regina Célia Veiga da
167 Fonseca. Assunto: Inclusão no regime de tempo integral e dedicação exclusiva - TIDE.
168 Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **36** - Processo nº **18.487/2016**.
169 Interessada: Juliana Bonametti Olivato. Assunto: Inclusão no regime de tempo integral
170 e dedicação exclusiva - TIDE. Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **37** -
171 Processo nº **01.873/2017**. Interessado: Leandro Cavalcante Lipinski. Assunto: Inclusão
172 no regime de tempo integral e dedicação exclusiva - TIDE. Relatora: Conselheira
173 Fabiana Postiglione Mansani. Constatada a existência de quórum regimental, porém

174 extrapolada a capacidade máxima permitida no ambiente, a presente reunião foi
175 transferida para o Auditório do Prédio do Programa de Desenvolvimento Educacional -
176 PDE da UEPG. Estiveram presentes à reunião, membros da Comissão Verificadora junto
177 aos Restaurantes Universitários da UEPG, a comunidade universitária através de
178 acadêmicos, agentes universitários, docentes e demais pessoas interessadas considerando
179 a relevância da matéria. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Presidente
180 cumprimentou a todos e deu início à reunião solicitando aos acadêmicos que não
181 usassem equipamentos sonoros e para que as manifestações se dessem dentro de uma
182 normalidade e educação requeridos em uma Instituição de Ensino Superior; colocou em
183 discussão as Atas CA sob números 15/2016 referente reunião realizada no dia cinco de
184 dezembro de dois mil e dezesseis e 1/2017 referente reunião realizada no dia treze de
185 fevereiro de dois mil e dezessete, nada a opor, obtiveram aprovação por unanimidade;
186 seguidamente, procedeu ao chamamento dos Processos inseridos na pauta respectiva
187 para homologação deste Conselho; houve menção ao item 2 pelo Conselheiro Robson
188 Laverdi, e sem outras manifestações, os Processos referentes aos itens 3 a 6, receberam
189 aprovação unânime. Dado início à discussão do Processo em destaque, a Presidência
190 cedeu à palavra ao Conselheiro Robson Laverdi para manifestação acerca do
191 PROCESSO Nº 17.201/2016 de homologação da Portaria R. nº 145/2017 que aprovou, *ad*
192 *referendum* deste Conselho, a alteração dos valores das taxas de inscrições para o
193 Vestibular e Processo Seletivo Seriado - PSS, da UEPG, explanando que em seu
194 entendimento em função da crise econômica e de que a Universidade deveria estar
195 envolvida com a sociedade, declarou voto contrário ao aumento de valores. A
196 Presidência encaminhou para discussão, sem manifestações, a matéria foi colocada em
197 votação e aprovada por maioria. Seguiu a chamada dos Processos inseridos na pauta
198 respectiva para aprovação, para pronunciamento de destaque; quando houve menção

199 aos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16 e 21 pelo Conselheiro Robson Laverdi e, item 17 pelo seu
200 relator. Dado início à discussão dos Processos em destaque, a Presidência manteve a
201 palavra com o Conselheiro Robson Laverdi para manifestação a respeito do PROCESSO
202 Nº 02.279/2016, proposta de composição de valores para o pagamento do pessoal
203 envolvido nas atividades relativas aos Vestibulares da UEPG, quando solicitou em
204 consonância ao item anteriormente destacado, registro de sua manifestação contrária
205 ao reajuste de qualquer valor, por entender que no contexto a Universidade deveria
206 manter condições. A Presidência encaminhou em bloco os demais processos de assuntos
207 relacionados, PROCESSOS Nº 02.281/2016 relativo ao PSS, Nº 02.282/2016 relativo aos
208 concursos públicos externos e Nº 02.284/2016 relacionado ao pagamento de pessoal
209 envolvido no Teste de Habilidade Específica - THE, para votação, sem outras
210 manifestações, as matérias foram aprovadas por maioria, com registro de voto contrário
211 do Conselheiro Robson Laverdi. Ainda com a palavra, o Conselheiro retro nominado
212 destacou o PROCESSO Nº 08.965/2016 e apensos, proposta de reajuste da tabela de
213 preços das refeições nos Restaurantes Universitários - RUs da UEPG propondo a inversão
214 na ordem da pauta para discussão primeiramente do item 21, justificando que a
215 matéria centralizaria os debates dos RUs. O Senhor Presidente esclareceu que os
216 processos estariam colocados na pauta por se tratarem de subsídios concedidos, inclusive
217 pela manutenção do valor da refeição estancado em um real e noventa centavos
218 (R\$ 1,90), dessa forma se o item 21 sobre a Política de Assistência Estudantil for aprovado
219 antes, este em tela deveria passar por adequações. Em discussão, o Conselheiro Antonio
220 José Camargo propôs que ambos os assuntos fossem discutidos no final da pauta, o que
221 foi acatado pelo Plenário. Item 12 da pauta, PROCESSO Nº 16.711/2016, solicitação da
222 Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais - PROEX para concessão de sessenta (60)
223 bolsas para acadêmicos participantes em Projetos Extensionistas na UEPG, destacado

224 pelo Conselheiro Robson Laverdi que se manifestou julgando que o processo deveria ser
225 instrumentalizado com informações de quais projetos de extensão seriam atendidos. A
226 Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira explanou que o procedimento se daria através de
227 abertura de edital PROEX, para submissão dos docentes, avaliados pela Comissão de
228 Assessoramento Técnico composto por representantes dos Setores, dentro de uma
229 planilha de critérios. O Conselheiro comentou que tais informações poderiam constar no
230 processo, contudo apoiou a aprovação do mesmo. Colocado em votação, recebeu
231 aprovação unânime. Continuou com a palavra, o Conselheiro Robson Laverdi para
232 manifestação sobre o PROCESSO Nº 01.906/2017 protocolado pela Pró-Reitoria de
233 Graduação - PROGRAD solicitando a concessão de duzentas (200) bolsas de monitoria
234 para acadêmicos em disciplinas de sala de aula e laboratórios dos Cursos de Graduação
235 da UEPG, solicitou que o valor unitário da bolsa fosse de metade do valor da bolsa de
236 iniciação científica, ou seja, duzentos reais (R\$ 200,00). O Conselheiro Miguel Archanjo
237 de Freitas Júnior relatou que a solicitação seguiu o rito dos anos anteriores, justificando o
238 momento pelo qual passam a Universidade e o país, salientado pelo Conselheiro no
239 destaque de outros assuntos e tendo em vista que seriam repassados os valores através
240 de recursos próprios. O Conselheiro Robson Laverdi apresentou contradição ao
241 comentário anterior, visando que a UEPG deveria criar condições para atuação
242 inclusiva dos estudantes. A Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli
243 recordou que haveria um acordo entre as pró-reitorias acadêmicas em relação à
244 quantidade e ao valor das bolsas acordado com a Pró-Reitoria de Assuntos
245 Administrativos - PROAD, a critério daquelas pró-reitorias estipularem dentro do seu
246 limite financeiro, ou mais bolsas com menor valor ou menos bolsas com valor maior,
247 dentro de determinada carga horária. A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani
248 questionou se as bolsas estariam sendo utilizadas na totalidade anualmente,

249 considerando relevante para o aumento ou não do valor da bolsa com a diminuição da
250 oferta. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior levantou que ao final do ano
251 haveria aproximadamente cento e oitenta (180) bolsistas, evidenciando que a ideia seria
252 atender uma demanda que ao longo do ano, por diversos motivos, se extingue com a
253 diminuição de cerca de dez por cento (10%). Reiterando a proposta, o Conselheiro
254 Robson Laverdi, haja vista o decréscimo em dez por cento (10%), supôs que o valor se
255 tornaria mais interessante. O Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg considerou que a
256 fonte utilizada seria aquela que a Instituição teria que arrecadar recursos para fazer jus
257 aos pagamentos, refletindo sobre a origem, impacto, o que poderia deixar de lado,
258 havendo limitação de recursos. Em sua terceira intervenção, o Conselheiro Robson
259 Laverdi reconheceu que a monitoria não corresponderia unicamente a um aspecto
260 técnico, correspondendo também a uma política de comprometimento com a
261 permanência e a qualidade do ensino realizado na UEPG, tendo em conta a fonte e os
262 recursos oriundos dos vestibulares que poderiam ser atribuídos responsabilidade a este
263 valor para gerar maior participação dos acadêmicos, renovou proposição de aumento
264 no valor unitário da bolsa sem a redução de sua quantidade, depreciando o montante
265 de acréscimo mensal. O Conselheiro relator Amaury dos Martyres sintetizou a questão
266 do RU como intrínseca ao tema, motivado pelo financiamento de um *déficit* de
267 aproximadamente quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00), sendo que o recurso oriundo
268 da arrecadação dos vestibulares, da arrecadação da produção da Fazenda Escola
269 “Capão da Onça” - FESCON, dos laboratórios que prestam serviços, Farmácia Escola
270 entre outros, evidenciando que quando se fala que o valor atual da bolsa seria pequeno,
271 no entanto o somatório das bolsas das pró-reitorias acadêmicas perfazem em mais de
272 quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00) no ano; supôs que deveria haver outra fonte que
273 financiasse os *déficits* e corrigisse realmente os valores ou não haveria condições de

274 manter o aumento, concluindo que a UEPG também teria outras despesas, como água
275 e luz, pagos com recursos próprios e sem condições monetárias nesta conjuntura. O
276 Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior, proponente da matéria, diante do
277 posicionamento técnico estabelecido pelo relator, postulou a deliberação de outros
278 processos; posicionou-se favorável ao reajuste, no entanto a questão seria para
279 aumentar os recursos advindos de outra fonte que talvez fosse possível; propôs a
280 discussão posterior aos itens 11 e 21, almejando a revisão dos fundos. O Senhor Presidente
281 julgou razoável o encaminhamento, posto em votação, houve o acatamento do
282 Plenário. Próximo assunto, item 17, PROCESSO Nº 11.066/2016 e apensos contendo
283 Minuta de Regimento Interno da Comissão de Gerenciamento de Resíduos da UEPG, o
284 Conselheiro relator Ariangelo Hauer Dias em resposta a indagação na última reunião
285 deste CA da Conselheira Fabiana Postiglione Mansani sobre as péssimas condições de
286 armazenamento do lixo biológico, específico no Setor de Ciências Biológicas e da Saúde -
287 SEBISA, apresentou que a Universidade no início do ano passado foi abordada pela
288 Prefeitura Municipal e outros órgãos de fiscalização, no sentido de constituir
289 internamente uma comissão de resíduos; evidenciou que o SEBISA produziria a maior
290 parte dos resíduos, mas que os outros Setores atualmente também os gerariam; solicitou
291 urgência no trato da matéria devido a UEPG não poder executar nada que
292 efetivamente não fosse sugerido ou aprovado por esta Comissão, visto que a Pró-
293 Reitoria de Planejamento - PROPLAN estaria em situação complexa porque qualquer
294 ação que venha a ser feita, precisaria de aval, cabendo à análise técnica dos quesitos de
295 construção; justificou que nenhuma atitude fora tomada no Bloco M pela morosidade
296 que este processo vem sendo tratado, resultando em dificuldades futuras para liberação
297 de alvarás junto à Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Em
298 discussão, a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani complementou que a demanda

299 foi verificada em dois mil e quatorze na falta dos alvarás de funcionamento das
300 atividades prestadoras de serviços de saúde; destacou que em dois mil e quinze foi
301 implantada uma comissão interna de gerenciamento de resíduos, e que em
302 entendimentos com outras gestoras internas percebeu que a UEPG não teria um plano
303 de gerenciamento dos resíduos; evidenciou que na proposta de regimento, a Comissão
304 teria autonomia para decidir quais melhorias precisariam ser feitas, em virtude disto
305 solicitou apoio deste CA para reserva de fundos para que os ajustes possam ser
306 executados, explanando que com a correta destinação e descarte, os problemas
307 causados no manuseio poderiam ser minimizados; reiterou o apoio visto que haveriam
308 demandas urgentes, obrigatórias e emergentes no processo. Na sequência, a Conselheira
309 Valquiria Nanuncio Chochel reforçou a importância do trabalho, suscitando que não
310 fosse uma comissão relativa aos servidores de nível superior, mas que os técnicos de
311 laboratórios e os acadêmicos com disciplinas práticas tivessem amplo conhecimento. A
312 Conselheira Fabiana Postiglione Mansani respondeu que na minuta constaria como
313 ação da comissão, o treinamento e apoio no manuseio da forma como deve ser feito.
314 Matéria esclarecida, a Presidência colocou em votação, o qual foi aprovado por
315 unanimidade. Na continuidade, o Senhor Presidente passou ao chamamento dos
316 processos de afastamento para destaque, cientificando os Conselheiros de que os
317 processos nesta seção e na próxima estariam em descumprimento ao Ofício CEE/CC
318 310/2017, e de acordo com a manifestação do Conselho Universitário - COU de pleno
319 apoio a esta Administração. Após menção de destaque ao item 33 pelo Conselheiro
320 Antonio José Camargo e Conselheira Osnara Maria Mongruel Gomes, os demais que não
321 foram objeto de destaque, colocados em votação, receberam aprovação unânime.
322 Dado início à discussão do Processo em destaque, a Presidência deixou a palavra com o
323 Conselheiro Antonio José Camargo para manifestação a respeito do PROCESSO Nº

324 19.916/2016 do professor José Tadeu Teles Lunardi que solicitou a concessão de dois (2)
325 períodos consecutivos de licença sabática, no período de 1º de maio de 2017 a 31 de
326 janeiro de 2018, quando requereu a retirada de pauta. O Senhor Presidente colocou em
327 discussão a retirada de pauta, sem manifestações, colocado em votação, foi aprovado
328 por unanimidade. Em seguida, houve a chamada dos processos de inclusão no Regime
329 de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE; sem manifestações, postos em votação,
330 resultou em aprovação unânime. Retornando a discussão do reajuste da tabela de
331 preços das refeições nos RUs da UEPG, apresentada a proposição do Conselheiro Robson
332 Laverdi para inversão dos processos da Política de Assistência Estudantil e Restaurante
333 Universitário, com manifestação dos relatores pela permanência em tela; posto em
334 votação pela manutenção da ordem como colocada em pauta, e pela manifestação
335 contrária levantando o braço, resultou em sua maioria pela manutenção das discussões
336 em epígrafe. Seguidamente, o Conselheiro Robson Laverdi solicitou com veemência,
337 fosse cedida palavra à comunidade acadêmica através de Lucas Velt Guimarães,
338 situação em análise pela Mesa. O Conselheiro relator Amaury dos Martyres assumiu a
339 palavra relatando sobre a constituição da Comissão Verificadora junto aos RUs do
340 Centro, do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC e do Colégio
341 Agrícola Estadual Augusto Ribas - CAAR que estaria analisando desde outubro de dois
342 mil e quinze a questão, enfatizando que contabilmente o *déficit* estaria acompanhando
343 por muito tempo a UEPG; diante do último reajuste proposto e de todas as vantagens e
344 condições dadas aos acadêmicos, evidenciou que o valor atual dobraria, contudo sem a
345 apropriação de outros custos relacionados e ainda mantendo um valor plausível;
346 respondeu quanto ao que seriam dez mil reais (R\$ 10.000,00) mensais no aumento dos
347 recursos para bolsas de monitorias, no entanto haveria o esquecimento de que seria
348 cerca de cem mil reais (R\$ 100.000,00) anuais, somatório com o *déficit* registrado;

349 esclareceu que o CAAR forneceria oitenta por cento (80%) das verduras, a FESCON
350 todo o feijão consumido nos RUs e os demais ingredientes seriam licitados; declarou que
351 a Comissão foi profusa em seu relatório técnico; evidenciando o pleito dos acadêmicos,
352 finalizou indicando que a Coordenadoria de Assistência e Orientação ao Estudante -
353 CAOE teria previsão para utilização de Cadastro Único de Assistência Estudantil -
354 CADÚNICO UEPG, para isenção e desconto nas refeições. Após análise da Mesa,
355 autorizado o uso da palavra pelo acadêmico, logo depois das considerações do professor
356 Alexandre Roberto Lages que assumiu a palavra com apresentação pessoal de seus
357 trabalhos na Instituição junto ao Núcleo de Políticas Públicas “Rouger Miguel Vargas” -
358 NPP; demonstrou os parâmetros utilizados em dois mil e quinze, dentro das
359 especificidades de cada restaurante; citou que foram realizadas pesquisas nos
360 supermercados, agregados aos diferentes custos dos RUs; informou em análise de
361 proporcionalidade que os isentos e as categorias de servidores foram considerados para
362 composição dos valores, no entanto para efeito dos cálculos não houve consideração;
363 comunicou que teriam sido utilizados cálculos de média e mediana, de acordo com o
364 coeficiente de variação; mostrou valores de custos menores do que deveriam ser,
365 justificando que gastos com energia elétrica, água e depreciação não foram
366 computados na precificação dos preços dos RUs; reiterou os custos dos ingredientes que
367 compõem as alimentações, suas variações e o consumo para relacionar os custos/gastos e
368 o valor cobrado; comparou o preço atual e o sugerido, ainda assim o custo total não
369 seria coberto, evidenciando que os valores totais para o Restaurante do Centro, CAIC e
370 CAAR, respectivamente seriam de cinco reais e quarenta e quatro centavos (R\$ 5,44),
371 oito reais e quarenta e três centavos (R\$ 8,43) e quatro reais e setenta centavos (R\$ 4,70);
372 concluiu destacando a importância de indexadores e indicando a sugestão da Comissão
373 para utilização do índice da cesta básica do município de Ponta Grossa para o reajuste

374 anual da tabela dos RUs, baseado na variação da cesta básica municipal coletada pelo
375 NPP. Na continuidade, o acadêmico Lucas Velt Guimarães do Curso de Jornalismo
376 manifestou que o RU deveria ser encarado como mecanismo de permanência e inclusão
377 social no meio acadêmico, não somente como dados, estes considerados irreais da forma
378 apresentada pela Comissão Verificadora; enfatizou que em tal Comissão não houve
379 participação acadêmica, que não houve diálogo com a comunidade acadêmica e que
380 os acadêmicos não sabiam o que estava sendo debatido até ano passado; julgou irreais
381 os valores apresentados pela inclusão dos encargos trabalhistas, visto que os servidores
382 seriam públicos e que todos os presentes recolheriam impostos, e que desta forma
383 servidor público não seria custo onerando o valor das refeições que na realidade
384 perfazem um custo com alimentos de aproximadamente dois reais e oitenta centavos
385 (R\$ 2,80); frisou que o relatório com mais de cem páginas não foi apresentado aos
386 Conselheiros, cujos estariam sendo enganados; detalhou como o RU seria importante
387 para manter os estudantes na Universidade, somando-se os gastos com transporte e
388 alimentação mensal, visto que a bolsa permanência não garantiria o prosseguimento
389 dos estudos; considerou frios os dados apresentados pelo economista; ressaltou uma fala
390 do Pró-Reitor Miguel Archanjo de Freitas Júnior em abertura de um evento quando se
391 dirigiu aos acadêmicos afirmando que estes não saberiam a força que tem, respondendo
392 que saberiam e que estariam representados em grande número nesta reunião, na
393 ocupação ocorrida ano passado e, ainda se dirigiu ao pró-reitor para que não repetisse
394 tal afirmação; aproveitou o momento para salientar que os acadêmicos encaminharam
395 uma proposta de assistência estudantil e discussões sobre a matéria em tela, imaginando
396 que os Conselheiros também não tivessem tido acesso aos documentos, mencionando
397 que até o dia vinte e sete de março do corrente, o processo não havia sido apensado
398 (Processo nº 01.517/2017); informou que a PROGRAD garantiu direito a voz, no entanto

399 o processo nem teria sido analisado, haja vista, o desconhecimento da posição contrária
400 dos acadêmicos ao aumento dos preços, supondo que o debate do valor não oneraria os
401 Conselheiros que teriam carreira consolidada, sendo que quatro reais (R\$ 4,00) ou oito
402 reais (R\$ 8,00) diários, impactaria sobremaneira na sobrevivência dos acadêmicos;
403 reforçou que o debate acerca de uma Universidade que garantisse a ascensão na
404 sociedade não se daria se a política simplesmente impedisse o estudo, imaginando o
405 impacto gerado nas salas de aulas, indagando se todos continuariam com os estudos;
406 salientou que o valor desconsideraria inúmeros fatores e sendo mentiroso ao considerar
407 como custo os encargos trabalhistas. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior
408 ponderou em esclarecimento a citação do acadêmico, que usou uma fala fora de
409 contexto, considerada no mínimo perigosa; rememorou fatos sob protesto dos
410 acadêmicos, onde muito mais do que posicionamento ideológico, a UEPG teria um
411 elemento em comum que seria a necessidade de união pela permanência de uma
412 universidade pública, neste sentido usou a fala citada; outro aspecto mencionado pelo
413 acadêmico quanto direito à voz, diria respeito a uma reunião para formalização de
414 propostas do movimento da resistência estudantil que constam protocolizadas e
415 apensadas no processo principal. O Conselheiro Robson Laverdi informou que foi
416 convidado para integrar a Comissão Verificadora, convite negado, pelo entendimento
417 da matéria não poder ser tratada isoladamente da assistência estudantil; especificou
418 que ao considerar como questão técnica retiraria a prerrogativa relacional entre RU e
419 Política de Assistência Estudantil, razão pela qual propôs inversão de pauta; historiou
420 que em toda técnica estaria embutida política, quando se busca na técnica não
421 compreender a profundidade política, seria o mesmo que afirmar que o Governo estaria
422 cada vez mais ausente no funcionamento das universidades públicas e quando este
423 Conselho aceita tal reajuste, estaria cumprindo a pauta do Estado; aludiu clareza

424 quanto ao reajuste não se tratar apenas de questão técnica, à medida que no contexto
425 atual, permita-se a continuidade dos preços em vista da permanência dos acadêmicos
426 na UEPG, cabendo à Administração a recomposição dos valores aludidos, junto ao
427 Estado do ponto de vista da responsabilidade do funcionamento de uma universidade
428 pública; discordou do escalonamento de preços, justificando que universidade existe
429 enquanto universidade porque teria que ser universal, sendo que o escalonamento e a
430 cobrança de doze reais (R\$ 12,00) para um visitante seria como não dar importância às
431 visitas dentro da Instituição; declarou-se contrário ao relatório apresentado e ainda,
432 propôs manutenção dos valores cobrados, em entendimento a situação atual. Solicitou a
433 palavra o Conselheiro Antônio Marcos Maia para mostrar preocupação com a categoria
434 que representa no uso diário dos restaurantes; analisou que a partir da instituição da
435 Comissão (Portaria R. nº 499/2015) iniciaram os estudos, contudo todos os anos
436 anteriores os preços permaneceram inalterados, notando o *déficit* e o aumento da cesta
437 básica; posicionou-se contrário ao montante apresentado, justificando que por doze (12)
438 anos os valores ficaram fixos e na proposta um aumento em mais de cem por cento
439 (100%) haveria um impacto assustador, e sendo assim, o ônus não poderia ser dos
440 usuários; considerou ilegal tal porcentagem, não sendo contra ao reajuste, porém não
441 nesta proporção; relatou que teria sido cobrado por colegas que se não houvesse o
442 aumento, então seria terceirizado, questão esta afastada em reunião passada e sem a
443 menor possibilidade; refletiu sobre suposto pedido de vistas, concluindo que o valor
444 proposto através de mediana e apresentado sem trabalhar com percentuais, estaria
445 gerando este impacto; propôs um percentual de cinquenta e oito por cento (58%) para
446 efetuar o cálculo, perfazendo em três reais (R\$ 3,00) o valor de cada refeição para
447 acadêmicos e servidores até cinco (5) salários, demais servidores pagariam cinco reais
448 (R\$ 5,00) e visitante permaneceria em doze reais (12,00), que fosse aplicado um reajuste

449 em cada período letivo de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor
450 Amplo - IPCA, do ano precedente. A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani informou
451 que recebeu, em mãos, dos acadêmicos dos Cursos de Ciências Biológicas um abaixo-
452 assinado com colocações contrárias ao aumento do RU; esclareceu que diante dos
453 aproximados um mil e seiscentos (1.600) acadêmicos de graduação e pós-graduação
454 que transitam pelo SEBISA, cerca de trezentos e cinquenta (350) estariam pleiteando a
455 revisão do processo com alguns repúdios; questionou qual motivo levou a Comissão
456 computar a questão salarial e descartar, por exemplo, energia elétrica e água. O
457 Conselheiro Gabriel Andrade Schleder inicialmente dirigiu-se aos acadêmicos presentes
458 afirmando que antes de tudo seria importante respeito e ao acadêmico que gritou sobre
459 compra de votos na eleição discente, o mínimo que se poderia esperar de pessoas dentro
460 de uma Universidade, aprendendo a discernir, seria levado para a sociedade,
461 independente de posição ideológica; a respeito do RU informou que após contatos
462 mantidos com alguns representantes, tendo estabelecido o que seria uma política de
463 assistência e uma política de promoção de igualdade, no caso em tela promovendo a
464 igualdade não em detrimento de favorecidos e outros elevados ao nível que estavam
465 anteriormente, ou seja, quem poderia pagar o valor proposto, assim o deve fazer,
466 porém aquele que não teria condições, não deve pagar; propôs duas (2) faixas de
467 isenção: uma para acadêmicos cadastrados no CadÚnico com renda familiar de até três
468 (3) salários mínimos, com isenção total e, outra faixa para aqueles acadêmicos com
469 renda familiar de três (3) a seis (6) salários mínimos, com isenção parcial de cinquenta
470 por cento (50%), acima de seis (6) salários mínimos, valor integral; citou que os pagantes
471 fora das faixas salariais estariam se beneficiando, como exemplo acadêmicos de curso
472 elitizado, neste sentido não estaria promovendo igualdade; outro assunto abordado
473 quanto a representação discente nas tratativas dos processos, argumentando que

474 constaria em atas sua participação na medida do possível; havendo seguidas
475 interrupções dos acadêmicos presentes quanto a legitimidade do Conselheiro como
476 representante, foi solicitada questão de ordem pelo Conselheiro Ariangelo Hauer Dias
477 motivado pela falta de limites nas manifestações. Julgada procedente pela Presidência a
478 palavra deveria ser usada unicamente pelos Conselheiros que representam cada área
479 ou categoria da UEPG. Continuando com a palavra o Conselheiro Gabriel Andrade
480 Schleder enfatizou que não pretenderia prejudicar os acadêmicos necessitados, não
481 fazendo sentido ser contrário a uma política de promoção de igualdade; declarou ter
482 sido sempre acessível e por diversas vezes cobrou do movimento, através de mensagens,
483 proposições a respeito dos temas em questão; citou que os documentos foram analisados,
484 anexados e incluídos na proposta de minuta da Política de Assistência Estudantil;
485 informou que algumas universidades seriam beneficiadas por fundos do Governo
486 Federal ou Estadual, visando assistência estudantil, cujo fundo a UEPG não teria para
487 custear os RUs; julgou interessante que a Universidade obtivesse algum fundo com
488 recursos externos para aplicação nos restaurantes, todavia não se deveria conjecturar
489 que os números apresentados pelo economista e pelo pró-reitor de assuntos
490 administrativos, reivindicando que as planilhas estariam erradas; corroborou sua
491 proposta de isenção total e parcial. Na continuidade, o Conselheiro Emerson Martins
492 Hilgemberg destacou a leitura do relatório e de um documento encaminhado pelo
493 Centro Acadêmico de Jornalismo; relatou o andamento das reuniões da Comissão
494 Verificadora contidas do anexo, destacando a quarta reunião que haveria um pedido
495 de esclarecimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR, relativo aos
496 RUs, sem mencionar o motivo que levou a Inspeção de Controle Externo emitir tal
497 solicitação de informações; prosseguiu na quinta ata quando houve questionamento
498 quanto à legalidade de subsídios da UEPG aos restaurantes, questionando se seria esse o

499 motivo do documento do TCE/PR; definiu elegendo prioridades, se o reajuste proposto
500 seria capaz de eliminar o subsídio existente e se seria preciso eliminá-lo em sua
501 totalidade. O Conselheiro Amazonas Santos Neto cientificou e apresentou os elementos
502 elencados na solicitação dos acadêmicos do Centro Acadêmico Erasmus Darwin do Curso
503 de Ciências Biológicas pertinente ao aumento, garantias de qualidade, terceirização e
504 falta de comprometimento na transparência dos gastos com a alimentação; posicionou-
505 se relativo ao alto valor para quem não poderia pagar, como colocado pelo Conselheiro
506 Gabriel Andrade Schleder, apoiando a proposição das faixas salariais e analisando a
507 origem dos recursos garantindo os benefícios pleiteados; sintetizou sob protesto dos
508 acadêmicos que ao invés de criticar todo o trabalho da Comissão, poderiam ser redigido
509 documento e encaminhado ao Governo do Estado, partindo dos acadêmicos com vistas
510 a melhorias e solução coerente para angariar fundos; citou que o documento seria
511 posterior, vislumbrando a necessidade de reajuste e que se fosse o caso, os valores
512 poderiam ser revistos. O Conselheiro Antonio José Camargo refletiu que a prefeitura
513 poderia subsidiar as refeições dos guardas-mirins e do CAIC no que couber, bem como
514 haver subvenção do Estado para o CAAR; citou o Restaurante Popular, terceirizado,
515 mantido com verbas federais, concluindo que a UEPG poderia angariar recursos junto às
516 esferas governamentais. O Conselheiro relator Amaury dos Martyres, em resposta as
517 indagações do Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg, informou que o TCE/PR ainda
518 não devolveu relatório sobre os RUs, após fornecimento dos dados, a princípio o
519 questionamento se deu, pois não haveria previsão legal para que as universidades
520 subsidiassem a alimentação; eliminou qualquer possibilidade de terceirização dos RUs,
521 como proposta partindo de membro da Comissão que foi veemente contrária; quanto
522 aos custos apresentados e que o acadêmico julgou como irrealis e mentirosos, relevou
523 que seriam a transparência real do que se gastou e recebeu na Universidade no período

524 estudado, cujos dados ninguém manipulou e estes estariam disponíveis a qualquer
525 momento; quanto aos guardas-mirins, a UEPG já subsidiaria o almoço dos que
526 trabalham nas diversas áreas da Instituição, em torno de trinta e cinco (35) adolescentes
527 aprendizes; pertinente à subvenção disse que o Governo Federal mal subsidiaria os
528 órgãos afetos e de acordo a um levantamento realizado citando algumas instituições,
529 como na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR a refeição terceirizada
530 no *Campus* de Ponta Grossa seria de cinco reais e sessenta e sete centavos (R\$ 5,67),
531 onde o Governo Federal repassaria para acadêmico carente três reais e dezessete
532 centavos (R\$ 3,17), já na Universidade Estadual de Londrina - UEL, recentemente foi
533 aprovada tabela de preços, onde acadêmicos e servidores com até cinco vírgula três (5,3)
534 salários pagariam quatro reais e setenta centavos (R\$ 4,70), acima disso, pagariam seis
535 reais e trinta centavos (R\$ 6,30) e o visitante, quinze reais (R\$ 15,00), citando ainda a
536 Universidade Estadual de Maringá - UEM o valor seria de quatro reais (R\$ 4,00) para
537 acadêmico e servidor com até três (3) salários mínimos, de sete reais (R\$ 7,00) para
538 renda superior a três (3) salários mínimos e sendo de quinze reais (R\$ 15,00) demais
539 usuários; explanou que comparativamente a proposição apresentada não seria para
540 extorquir ninguém e que financeiramente para garantir as isenções outros teriam que
541 pagar, porque na atualidade a UEPG não teria fôlego. O Conselheiro Emerson Martins
542 Hilgemberg citando a ata da segunda reunião da Comissão Verificadora, procedeu
543 leitura conforme segue transcrito: "*Colocou-se em discussão pelo Marcus Vinícius Fidelis,*
544 *a terceirização dos Restaurantes Universitários, como uma alternativa para que a UEPG*
545 *precisasse subsidiar os Rus., e foi informado pelo Pró-Reitor de Assuntos Administrativos,*
546 *que se trata de um processo licitatório demorado, pois se trata de uma Permissão de*
547 *Uso*"; corrigiu o período transcrito para que a UEPG 'não' precisasse subsidiar os
548 restaurantes, justificando a terceirização dos mesmos, sustentado a colocação do relator

549 anteriormente. O Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis pediu a palavra para esclarecer
550 que a proposta não era de fechar o Restaurante Universitário Público e sim da
551 possibilidade de que um Restaurante Terceirizado pudesse subsidiar as refeições do
552 Restaurante Universitário. Mais uma vez, a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani
553 enfatizou seu questionamento sobre o cômputo da mão de obra. O Senhor Presidente
554 solicitou ao professor Alexandre Roberto Lages que explanasse a respeito, quando este
555 informou que preliminarmente a mão de obra não estaria nos cálculos, independente
556 da composição com ou sem a mão de obra, a Comissão propôs um valor menos do que
557 o mediano. Argumentando, a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani complementou
558 que talvez fosse o caso de suprimir a mão de obra, uma vez que seria folha de
559 pagamento. A Presidência retomou a palavra e declarou suspensa esta reunião plenária
560 com intervalo para almoço, com retorno às quatorze horas. Retomando os trabalhos, o
561 Senhor Presidente, apresentou a proposta original e as últimas falas, principalmente no
562 que tange as colocações do Conselheiro Antonio José Camargo, informando que em
563 conversa com o diretor do CAAR, os alunos internos receberiam seis (6) refeições diárias e
564 que haveria por parte do Estado o repasse para merenda escolar, bem como os alunos
565 do CAIC receberiam repasses do município e do Estado, concluindo que já haveria
566 subvenções. Abrindo a palavra, primeiro inscrito, Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis
567 esclareceu que o debate do Restaurante Universitário seria importante pela
568 interferência financeira em todos os segmentos; assumiu que sempre defendeu os RUs
569 pela manutenção pública, posicionando-se relativo à citação da ata, clareando que a
570 proposição seria para uma opção de restaurante particular, com valor auferido no
571 subsídio dos RUs, descartado pela Comissão pelo fato de ser um processo licitatório de
572 permissão de uso; demonstrou que no estudo o benefício do CadÚnico se estenderia aos
573 servidores, não cabendo tratamento discricionário e regidos pela mesma regra; citou

574 outra questão abordada no grupo como sendo para que os servidores não fossem
575 categorizados em faixas salariais, no entanto, o entendimento geral foi pela estipulação
576 das categorias; argumentou que o ônus seria grande e que haveria muitos pedidos de
577 intercessão para um reajuste menor; colocou para apreciação uma proposta alternativa
578 em apoio a consideração do Conselheiro Antônio Marcos Maia para um reajuste de
579 cinquenta e oito por cento (58%), o que importaria em três reais (R\$ 3,00) para todas as
580 categorias, e a manutenção da Comissão Verificadora que trabalharia até findar o ano
581 corrente e proporia um novo valor, justificando como tempo razoável para preparação
582 dos usuários quanto a apropriação do custo da refeição; propôs ainda encaminhamento
583 para debate e oitiva da comunidade universitária sobre a matéria para formação de
584 novo valor; finalmente prestigiou o trabalho do economista no adequado levantamento
585 dos valores para composição dos custos das refeições. Na sequência, o Conselheiro
586 Antônio Marcos Maia, reanalisando a matéria procedeu levantamento dos aspectos e
587 tendo como objetivo outra proposta, pediu vistas ao processo. Concedido vistas ao
588 PROCESSO Nº 08.965/2016 e apensos para retorno na reunião plenária agendada para
589 o dia dezessete próximo. Em virtude das solicitações dos acadêmicos para abono de
590 faltas por terem estado presentes na reunião, julgado improcedente, ainda solicitaram
591 alteração do dia da semana, da próxima reunião, para acompanhamento do pleito; a
592 Presidência informou que as datas seriam aprovadas em calendário e que as segundas-
593 feiras seriam melhores para reunir todos os membros. Dada sequência, item 21 da pauta,
594 PROCESSO Nº 08.036/2016 que diz respeito a minuta que estabelece normas relativas à
595 Política de Assistência Estudantil na UEPG, destacado pelo Conselheiro Robson Laverdi
596 que solicitou pedido de fala para um representante do movimento. O Senhor Presidente
597 cedeu a palavra, justificando cessão anterior, no entanto o Conselheiro Miguel Archanjo
598 de Freitas Júnior invocou questão de ordem, considerando que o processo em destaque

609 foi deixado para ser definido após conclusão do reajuste da tabela de preços dos RUs e
600 entendendo que a matéria seria fundamental para discutir a política de assistência
601 estudantil, não seria lógico a manutenção deste processo, não havendo coerência com o
602 estabelecido inicialmente; propôs discussão após apresentação do parecer do pedido de
603 vistas, com a retirada de pauta. Sem manifestações, o item 21 foi retirado de pauta com
604 retorno para a reunião seguinte. Sem embargo, foi cedido espaço para que a
605 acadêmica do Curso de Engenharia de Alimentos Fernanda de Arruda Paes se
606 manifestasse quanto às matérias que ficaram para próxima reunião e que haveria
607 relação dos assuntos, afetando diretamente a comunidade acadêmica; considerou um
608 absurdo o não atendimento devido ao pedido formal de orientação aos colegiados de
609 curso para que os acadêmicos presentes não sofressem faltas, principalmente em
610 disciplinas que seriam ofertadas somente na segunda-feira, apelando que os acadêmicos
611 gostariam de participar do debate; solicitou mudança no dia da semana ou que a
612 Administração recomendasse aos coordenadores a dispensa dos acadêmicos. O Senhor
613 Presidente explicou que o CA não poderia tratar de abono de faltas por ser assunto do
614 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, quiçá fazer em dia diferente, contudo
615 as temáticas seriam amplamente divulgadas como sempre o foram desde o início das
616 discussões; relatou sobre discussões com alguns dos representantes do movimento
617 estudantil, desde a ocupação em outubro do ano passado, com as seguidas retiradas de
618 pauta por ocasião de maiores estudos, justificando desta forma que não haveria como
619 alegar a aprovação de forma açodada, sendo inclusive objeto de acordo com
620 apresentação de sugestões dos acadêmicos; citou outras iniciativas, entre elas a
621 reativação do Diretório Central dos Estudantes - DCE, ainda não havendo resposta por
622 parte dos acadêmicos e o acolhimento das sugestões na minuta de assistência estudantil.
623 A Presidência procedeu chamamento do último item instado, PROCESSO Nº

624 01.906/2017, no entanto solicitou a retirada de pauta para detalhamento quanto aos
625 valores atribuídos. Sem manifestações, foi aprovada por unanimidade a retirada de
626 pauta do processo. Esgotada a pauta e dada sequência a reunião, passou-se às inclusões
627 de matérias, e não havendo inserções, foi dada sequência aos tópicos da reunião, com
628 espaço à palavra livre pela Presidência. Primeiro a se manifestar, o Conselheiro Robson
629 Laverdi recebeu pedido de esclarecimento no tocante a carga horária dos professores
630 colaboradores, pois haveria informações de que o corte seria maior do que o divulgado
631 e um prejuízo à carga horária dos professores efetivos. O Senhor Presidente comunicou
632 que houve reunião com os diretores de setor logo após o recebimento do Ofício da Casa
633 Civil, havendo falha no entendimento em primeira análise; participou que o teste
634 seletivo para colaborador implicando na contratação de mais de duas mil (2000) horas,
635 caso seja levado a efeito na integralidade, no entanto considerando os limites impostos e
636 a carga horária dos atuais colaboradores contratados, a UEPG teria quatro mil e
637 setecentas e sessenta (4760) horas, portanto tem-se um mil e quinhentas e quarenta
638 (1540) horas para estabelecer o máximo permitido; analisou o total solicitado e o
639 permitido, embora decréscimo de treze por cento (13%), haveria que considerar as horas
640 utilizadas, cuja análise foi posta em reunião de trabalho posterior, ensejando nas um mil
641 e quinhentas e quarenta (1540) horas para contratação imediata; informou sobre Ofício
642 Circular nº 01/2017 aos diretores de setor, a respeito dos encaminhamentos de sexta-feira;
643 julgou procedente a informação e preocupante, pois neste momento deveria ser
644 cumprido o decreto e rapidamente colocados os professores em sala de aula, após os
645 devidos trâmites legais com reajuste e atribuição de carga horária. Na sequência, o
646 Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis destacou três (3) pontos levantados no último COU,
647 sendo a possibilidade de contratação de segurança volante no auxílio aos vigilantes, no
648 sentido de aumentar a segurança no *Campus*, elaborando um estudo em resposta a

649 comunidade universitária, declarando saber da limitação de recursos; observou outro
650 ponto que seria sobre o pleito de servidores na possibilidade de reabrir a entrada interna
651 ao CAIC, que após contato com a diretora do local, esta informou da falta de pessoal no
652 monitoramento, solicitando reformar o acesso do CAIC, viabilizando os estudos para
653 melhorias; no último ponto debateu sobre melhorar a distribuição da carga horária dos
654 docentes com a criação de disciplinas integradas para o atendimento de vários cursos,
655 matéria de alcance do CEPE, embora algumas disciplinas não o possam, mas outras
656 poderiam, fazendo acelerar o debate e existindo condições técnicas seria uma solução
657 para melhorar a questão de turmas abertas. O Senhor Presidente disse em relação ao
658 CAIC que para a segurança das crianças foi debatido com os pais e deliberado pela
659 entrada atual, com certo tumulto devido todos quererem deixar os filhos no mesmo
660 horário; aparte o Conselheiro Ariangelo Hauer Dias comunicou que a Prefeitura
661 Municipal providenciou a pintura das faixas, colocou placas e reordenou o
662 estacionamento nos horários de pico para somente um lado da rua, a pedido da
663 PROPLAN que também estudaria melhorar a área de manobra em frente ao CAIC;
664 retomando a palavra, a Presidência insistiu sobre o assunto de vigilância terceirizada,
665 cujos recursos saíam de fonte própria e que haveria dificuldade para viabilização de
666 recursos necessários; declarou ser contrário a qualquer terceirização de serviço público;
667 quanto a carga horária, informou ser luta antiga para viabilizar os recursos para que
668 sejam melhor utilizados e para que houvesse integração dos acadêmicos nos diversos
669 cursos, no entanto deveria haver aquiescência dos colegiados nos Projetos Pedagógicos
670 dos Cursos, configurando com uma alternativa viável. O Conselheiro Antonio José
671 Camargo noticiou sobre novas regras para o ensino a distância, contidas na Folha de
672 São Paulo do último domingo, quanto ao relaxamento das exigências em locar curso a
673 distância no setor privado, em detrimento da precarização do ensino público. Não

674 havendo nada mais a tratar, às quatorze horas e quarenta e oito minutos, a Presidência
675 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Eliane
676 Maria Fidelis, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de
677 aprovada será assinada pelos presentes. Auditório do Prédio do Programa de
678 Desenvolvimento Educacional - PDE da Universidade Estadual de Ponta Grossa, três de
679 abril de dois mil e dezessete.

680

ATA Nº 4/2017

681 Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

682 Gisele Alves de Sá Quimelli

683 Adilson Luiz Chinelatto (suplente)

684 Amazonas Santos Neto

685 Amaury dos Martyres

686 Antonio José Camargo (suplente)

687 Antônio Marcos Maia

688 Ariangelo Hauer Dias

689 Emerson Martins Hilgemberg

690 Fabiana Postiglione Mansani

691 Gabriel Andrade Schleder (suplente)

692 Luis Fernando Cerri

693 Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

| | | |
|-----|--|-------|
| 694 | Marcos Vinicius Fidelis | _____ |
| 695 | Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga | _____ |
| 696 | Marilisa do Rocio Oliveira | _____ |
| 697 | Miguel Archanjo de Freitas Júnior | _____ |
| 698 | Osnara Maria Mongruel Gomes | _____ |
| 699 | Rita de Cássia da Silva Oliveira (suplente) | _____ |
| 700 | Robson Laverdi | _____ |
| 701 | Silviane Buss Tupich | _____ |
| 702 | Vicente Paulo Hajaki Ribas | _____ |
| 703 | Presentes: | |
| 704 | Dierone César Foltran Júnior | _____ |
| 705 | Ítalo Sérgio Grande | _____ |
| 706 | Neomil Macedo | _____ |
| 707 | Silvia Maria Derbli Schafranski | _____ |
| 708 | Eliane Maria Fidelis - Secretária | _____ |